

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 037/038 CURITIBA, QUARTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 11/16 DE ABRIL DE 2001 ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE ABRIL DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Aantonio Anibelli.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam a Ata queiram levantar-se.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente requeiro a Chamada Nominal.

Mas antes, pedindo a Vossa Excelência que hoje, se encontra aqui no nosso recinto a secretária de Educação. Assim ela o faria, não sei se já chegou e a maioria dos senhores parlamentares ali se encontram naquela sessão pública, que está se realizando senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A secretária Alcione Saliba já se encontra na Sala das Comissões, está reunida lá com os membros da Comissão de Educação desta Casa.

Conforme solicitação de Vossas Senhorias solicito ao 1º secretário, deputado Cesar Seleme, a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)
(**Procede a chamada nominal**)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Verificando, inclusive, que o deputado Algaci Tulio, alguns problemas realmente prementes e urgentes, como esse que se atina a aula dos presos que foram retirados. Senhores professores, eu pediria a Vossa Excelência que se fosse possível a sessão ficar em aberta e transferir a presença de alguns dos senhores parlamentares, para inquerir a senhora secretária, porque não estaríamos aqui nesta Tribuna, falando outros assuntos, quando o assunto mais importante desta manhã seria a inquirição por parte de todos os senhores parlamentares, com a secretária que aqui se encontra.

Diversas questões pendentes com a Educação, senhor presidente, todos nós temos, inclusive, o deputado Algaci Tulio, que tem uma das posições que no dia de amanhã, poderá até ocorrer um levante dos senhores presos pela tolida da Educação, da retirada das senhoras professoras.

Acredito que o interesse maior desta Casa, seria hoje centralizado no deputado Algaci Tulio, na presença da secretária da Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o nobre deputado Luiz Carlos Zuk se está fazendo em termos de requerimento?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK
(**Assentimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida pelo deputado Antonio Martins Anibelli. **Aprovada.**

Então, gostaria que encaminhasse à Mesa, o requerimento de Vossa Excelência para colocar em votação.

Requerimento:**REQUERIMENTO Nº 920**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a presente sessão seja suspensa para que os senhores deputados acompanhem a senhora secretária de Educação que se encontra nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente como é visível nós estamos com a maioria dos deputados nesse Plenário. Não seria possível convidar a secretária para vir até este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós tomamos uma decisão, atendendo à solicitação do presidente da Comissão de Educação, deputado Ângelo Vanhoni. A secretária vai ser conduzida ao Plenarinho, para que possam todos os deputados participar da discussão.

A secretária já está na Casa, está à disposição.

Então, vamos colocar em votação o requerimento do deputado Luiz Carlos Zuk, que solicita à suspensão da sessão aqui, para que todos os deputados possam acompanhar o depoimento e a Comissão de Educação, quando vai ouvir a secretária de Educação Alcione Saliba. **Aprovado.**

Está encerrada a presente sessão, transferindo para o Plenarinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**EM VOTAÇÃO**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 030, 031 e 033/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 027 e 032/2001.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Alga-ci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Tony Garcia apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 057/99, 104/99, 079/2000, 006/2001, 054/2001 e 057/2001, e o deputado Custódio da Silva apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 370/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Tony Garcia apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 052/99, 344/99 e 616/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE ABRIL DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cezar Silvestri e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se ausentes os senhores deputados Valdir Rossoni e Ademar Traiano (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 474/2001, da senhora Jussara Borba Gusso, diretora geral do Tribunal de Contas, encaminhando cópia da Resolução nº 4352/2001, que trata de Homologação de ICMS. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1771/2001, da senhora Carmem Lúcia Miranda Silveira - coordenadora geral Convênios da Fundação Nacional de Saúde, comunicando convênio celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, visando execução da estruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Vigisus Previstas pelo Projeto Vigisus. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2067/2001, da senhora Carmen Silva Miranda Silveira - coordenadora geral convênios, comunicando Convênio celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, visando execução da estruturação e implantação do sistema nacional de vigilância em saúde, previstas pelo Projeto Vigisus. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1621/2001, da senhora Carmen Lúcia Miranda Silveira - coordenadora geral de Convênios, comunicando Convênio Saúde do Paraná, visando execução da estruturação e implementação do sistema nacional de vigilância em saúde - Vigisus previstas pelo Projeto Vigisus. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1757/2001, da senhora Carmen Lúcia Miranda Silveira - coordenadora geral de Convênios, comunicando convênio celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, visando execução da estruturação e implementação do sistema nacional de vigilância em saúde. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 054/2001, da senhora Regina Rottenberg Gouvêa, diretora do Arquivo Público, encaminhando Prestação de Contas do Departamento Estadual de Arquivo Público, relativo ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Resolução de nºs 31/2000, 09/2000, 10/2000 e 30/2000, e à Proposição nº 32/2001, que aprovam as prestações de contas do governo do Estado, referentes aos exercícios de 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999, respectivamente.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 957

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 122/2001, de autoria do

deputado Hermas Brandão, e que dispõe sobre o Fundo Estadual de Cultura.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 250, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/2000, de minha autoria, cujo objetivo é o de sustar os efeitos do Decreto Legislativo nº 4095/94, haja vista que o artigo 2º do Decreto 3556, de 15 de fevereiro de 2001, determina expressamente a revogação do referido decreto.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 945

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 382/96, de minha autoria que autoriza o Poder Executivo a instituir junto às empresas Concessionárias de linhas intermunicipais de passageiros, metropolitano e sistema integrado de transporte coletivo (RIT) no âmbito do Paraná, o passe escolar para estudantes de 1º, 2º e 3º graus.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a constituição de uma Comissão Especial de Investigação, composta por 07 (sete) membros e com prazo de duração de 60 (sessenta) dias, para apurar prováveis irregularidades sobre escutas telefônicas, que estariam sendo realizadas a empresas públicas e privadas, por determinação da Casa Militar do Palácio Iguaçu.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 34 e 35 Incisos e Parágrafos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, à família da

senhora Fany Gusmão Mendes, falecida no último dia 15 de abril, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família da senhora Maria Batista Leal Ribeiro, falecida no último dia 13 de abril, no município de Japurá- PR.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES.

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à Família Strapasson, pelo falecimento do senhor Gabriel Jordão Strapasson, ocorrido no dia 10 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Marcelo Silveira Piacecki, aos 33 anos de idade, ocorrido no dia 16.03.2001, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Filho do senhor Teodoro Piacecki e da senhora Marilene Piacecki, casado com a senhora Marisa Aparecida Fila, deixou 02 filhos: Daiane Fagundes Piacecki e Marcelo Fagundes Piacecki.

Sua vida foi dedicada a família a sua profissão, como empresário gozava de grande respeito e carinho por todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Marcelo Silveira Piacecki, enviando votos de profundo pesar para a senhora Marisa Aparecida Fila e familiares, residente à Rua Professor Milton Miro Vernalha, nº 20 - CIC - 81460-170 - Curitiba - PR.

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos

trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Homero Picâncio, aos 67 anos de idade, ocorrido no dia 01.04.2001, no município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Casado com a senhora Ramília Wolf Picâncio, deixou 04 filhos: Ademir, Zilda, Vilma e Claudemir.

Sua vida foi dedicada a família a sua profissão, onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

Trabalhou como eletricitista durante anos na Rede Ferroviária S/A, onde se aposentou.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Homero Picâncio, enviando votos de profundo pesar para o senhor Ademir Picâncio e familiares, residente à Rua Carmem Santender, nº 102 - 83.300.080 - Piraquara - PR.

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à empresa Giacobbo e Cia Ltda, na pessoa do seu Diretor, senhor Fernando Giacobbo, pelo seu destaque no cenário empresarial no ramo de venda de veículos, bem como seja enviado cópia deste expediente à direção da empresa.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A empresa Giacobbo e Cia Ltda ou Giacobbo Veículos, da cidade de Cascavel, é uma concessionária Volkswagen, fundada em 11.0.99,(?) e com apenas três anos de existência vem se destacando no cenário empresarial do Estado como uma das maiores empresas no ramo de comércio de automóveis, disputando sua licença apenas com concessionárias desta capital. Por ser uma jovem empresa, comandada por um jovem empresário, que tem contribuído significativamente para o engrandecimento econômico de Cascavel e região, gerando empregos e riqueza, como representante da região oeste do Estado gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa o nosso reconhecimento pelo relevante trabalho que está sendo realizado em prol da sociedade cascavelense, principalmente, e também congratular-nos pelo sucesso do empreendimento.

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Capitão Leônidas Marques, pela passagem

de seus 37 anos de emancipação política no próximo dia 28 de abril/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Décio Dallabrida, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Valdir Gnoatto, bem como a todos os senhores vereadores para em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população da Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Capitão Leônidas Marques festivamente irá comemorar a passagem dos 37 anos de sua emancipação política no próximo dia 28 de abril.

Assim sendo, queremos parabenizar a todos aqueles que direta ou indiretamente prestam eficiente colaboração em prol do progresso de Capitão Leônidas Marques.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, congratula-se com os munícipes pelo espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos visando o bem comum e o desenvolvimento de toda a região.

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulação ao dia do contabilista, que será comemorado no dia 25/04/2001.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente do Conselho Regional de Contabilidade senhor Antonio Carlos D'Oro, a ser encaminhada à, Rua Lourenço Pinto, 196 - CEP 80010-160 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulação a professora doutora Ivone Ceccato Proença, pelo lançamento do livro "A Construção da Linguagem Universitária Dirigida ao Público Infante-Juvenil", ocorrido no último dia 03 de abril na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a autoria a ser encaminhada, à Rua professora Diva Proença, 1245, CEP 86872-000, Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulação à nova diretoria da AHOPAR - Associação dos Hospitais do Estado do Paraná, para o triênio 2001/2004, eleita em 19/02/2001.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente senhor José Francisco Schiavon, a ser encaminhada à Rua Augusto Stresser, 600 - Alto da Glória - CEP 80030-340 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações e aplausos pela passagem do dia do Exército Brasileiro, no próximo dia 19 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que a nação brasileira presta sua homenagem ao dia do Exército Brasileiro, nós paranaenses resgatamos nesta data a memória dos heróis que tombaram em combate na defesa da Pátria e dos ideais republicanos. A presença do Exército Brasileiro na vida do País é tão significativa por abrigar em suas fileiras homens valorosos cujo trabalho contribui para a manutenção da ordem pública e institucional, que atuam como verdadeiros guardiões de nossa fronteira na condição de sentinelas diurnos da segurança nacional.

No Paraná, a memória daqueles soldados que há mais de um século morreram em combate no episódio conhecido como “Cercos da Lapa”, permanece viva entre nós.

A memória daqueles soldados que há mais de um século morreram em combate, permanece viva entre nós e na valorosa corporação representada pela 5ª Região Militar - 5ª Divisão de Exército “Região Heróis da Lapa”, instalada no Bairro do Pinheirinho, em Curitiba. Eis que sua denominação oficial encontra-se inspirada na batalha heróica que marcou com “sangue, ferro e fogo”, parte da história do Paraná e do Brasil. Em homenagem aos combatentes do passado, o povo da legendária cidade da Lapa construiu o “Pantheon dos Heróis”, ao tempo em que os paranaenses lhe dedicam o pleno reconhecimento pelos seus atos de bravura.

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações e aplausos ao senhor Saeed Hasmad Aljunaibi, ministro Plenipotenciário e chefe da Missão da Embaixada dos Emirados Árabes, extensivos aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Saeed Hamad Aljunaibi, ministro Plenipotenciário e chefe da missão da Embaixada dos Emirados Árabes, é formado (com honra) em Economia em Nova Déli, Índia. Possui diploma superior, treinamento de um ano na Universidade de Oxford, em Relações Exteriores.

Diplomas em Relações Internacionais - atividades exercidas nos Emirados Árabes Unidos e no Conselho de Cooperação do Golfo.

Chefe da Seção de Privilégio e Imunidades Diplomáticas - Departamento do Cerimonial - chefe da divisão dos Países do Sarc, no departamento da Ásia-Política.

Chefe da sessão de vistos diplomáticos, aéreos e marítimos - Departamento Consular - chefe da seção da Ásia-Política - primeiro secretário - chefe da Chancelaria, Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Bagdá, Iraque - 1981/83

Primeiro secretário e encarregados de negócios, Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Nova Déli, Índia - 1983/87 - representante dos Emirados Árabes Unidos no Comitê Especial de Política das Nações Unidas por um período de 3 meses, 1987.

Encarregados de negócios a.i. na Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Manila, Filipinas por 2 meses, 1996 - encarregado de negócios a.i. na Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Brasília, Brasil, por 4 meses, 1997.

Encarregado de negócios e chefe da missão na Embaixada dos Emirados Árabes Unidos, desde 2 de outubro de 1999 - Brasília com forte ligação com o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Superintendência Regional de Distribuição Centro-Sul - da Copel, com sede em Ponta Grossa, pela conquista do prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho - edição 2000.

O prêmio avaliou práticas da empresa em melhorias no local de trabalho, e esta tem um dos melhores ambientes para se trabalhar no Paraná. Reconhece a dedicação do empresário industrial brasileiro na busca de melhorias contínuas de práticas eficientes de segurança no trabalho, gestão de saúde, educação e desenvolvimento, lazer e cultura e, por fim, proteção ao meio ambiente.

Este concurso serve como incentivo para estimular as indústrias a adotarem medidas e programas que promovam a melhoria das condições de trabalho valorizando o trabalhador pela sua importância para o processo produtivo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ao superintendente Regional da Distribuição Centro-Sul - da Copel, engenheiro Roberto Borges Pereira do Nascimento na rua Joaquim Nabuco- 184 - Ponta Grossa -PR - 84026-080.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Academia de Letras dos Campos Gerais, pela posse da nova diretoria para o biênio 2001-2002.

Mesmo com as dificuldades e o desafio da Constituição e da solidificação da entidade na região, o objetivo da Academia, que é o de congregar literatos e incrementar a cultura da cidade e da região, foi cumprido com sucesso.

Como finalidade prevista no artigo 2º, está o cultivo, a preservação e a divulgação do vernáculo e da literatura nos seus aspectos científico, histórico, literário artístico, podendo participar de iniciativas úteis ao desenvolvimento cultural do Paraná.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos membros e diretores da Academia de Letras dos Campos Gerais, em nome de Josué Correa Fernandes, presidente da Academia, na Rua 15 de Novembro, 551 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de aplausos ao servidor dos Correios e Telégrafos do Paraná, Cleriston Wesley Zuba (carteiro).

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao homenageado, senhor Cleriston Wesley Zuba, bem como ao doutor Ilves Caladas Júnior, diretor-geral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Paraná; ao senhor Paulo Roberto Requião Pires, membro da empresa.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresentamos para prestarmos uma justa homenagem ao carteiro Cleriston Wesley Zuba, pela sua demonstração de civismo e extremo

zelo pela nobre profissão que exerce, chamou para si a responsabilidade de alertar os cidadãos da região onde atua, incentivando-os a buscar junto ao Executivo Municipal, a regularização da numeração de suas casas, até então com números escolhidos pelos próprios moradores, sem qualquer critério, o que ocasionava transtornos, dissabores e extravio de correspondências. E, em pouco tempo, batalhando incansavelmente, conseguiu eliminar o grave problema, comum ainda em muitas regiões da cidade: a entrega de correspondências em endereços incorretos, com prejuízos para os usuários dos serviços postais.

Orgulha-se portanto, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, em legar aos pósteros este exemplo de dedicação e responsabilidade para que lhes sirva de modelo e estímulo.

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado, à indicação e nomeação dos doutores Antônio Albino Ramos de Oliveira e Dirceu de Almeida Soares, para ao cargo de juiz do egrégio Tribunal Regional Federal, tendo em vista as duas listas tríplices elaboradas, com a indicação de candidatos pelo Tribunal, cuja escolha será feita pelo Excelentíssimo senhor presidente da República.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Tratam-se de magistrados que muito honram sua classe de origem, seja por serem pessoas íntegras, serenas, cultas e com atributos intelectuais ímpares, seja pelo exercício da judicatura com firmeza, imparcialidade, elevado senso de justiça social e presteza no trato dos processos. Aliado a isto, gozam em toda a 4ª Região do mais elevado prestígio, sendo os nominados juízes os dois magistrados mais antigos no exercício da magistratura federal em primeiro grau de jurisdição, tendo sido escolhidos para integrar a lista de promoção por merecimento, pelo TRF 4ª Região, como primeiro e segundo mais votados, respectivamente.

A composição atual do TRF 4ª Região apresenta apenas 04 magistrados originários do Estado do Paraná, num colegiado de 23 juízes. O equilíbrio federativo é medida salutar, de modo a haver plena representatividade dos Estados que compõem a 4ª Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Por isto, é forçoso concluir que todos os indicadores convergem para uma única solução: o preenchimento imediato dos cargos pelos juízes nominados, oriundos do Estado do Paraná, seja pelo critério de antiguidade, seja por critério de justiça, seja em obediência ao pacto federativo, seja pela paridade sócio-econômica, seja, finalmente, pela equivalência de movimento forense.

A presente moção de apoio, após receber o apoio dos nobres Pares deste Poder Legislativo, será enviada ao conhecimento dos Excelentíssimos senhores presidente da República e ministro da Justiça.

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada por esta Casa, moção de apoio à criação do Tribunal Internacional do Mercosul, com sede em Foz do Iguaçu.

A instalação deste órgão máximo servirá para mediação e julgamento dos eventuais conflitos envolvendo os países que integram o bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). A implantação do Tribunal, ao nosso ver, deve ser em Foz do Iguaçu, pois conta com localização privilegiada e excelente estrutura hoteleira, o que vai facilitar sobremaneira o encontro e acomodação dos magistrados representantes dos países do Mercosul.

A iniciativa do Brasil em criar esse instrumento jurídico, mostra uma vez mais nossa posição de vanguarda com relação às questões do bloco econômico que ora se firma. A presença do Tribunal em território paranaense também deve render dividendos políticos e turísticos, perante os outros países do bloco e também com relação às demais unidades da Federação.

A presente proposição tem o objetivo de angariar o apoio dos demais deputados e posicionar essa Casa favoravelmente à criação do tribunal, dentro do menor espaço de tempo possível e eleger como sua sede a cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao doutor Aparecido Ferrari Rolim, superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal no Estado do Paraná, solicitando estudos para instalação de agência ou posto de serviço daquela importante instituição no Bairro Novo, região do Sítio Cercado, em Curitiba.

A rua São José dos Pinhais, via central daquele bairro, pelo grande movimento comercial, é o endereço sugerido para sediar referido estabelecimento bancário.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Bairro Novo, no Sítio Cercado, nesta Capital, um dos maiores núcleos populacionais de Curitiba, com o setor comercial e de prestação de serviços em franco desenvolvimento, é prejudicado pela falta de estabelecimento bancário, onde até o momento, nenhuma institui-

ção financeira disponibiliza agência para atender o grande fluxo financeiro da região.

Uma agência ou mesmo um posto de serviço da Caixa Econômica Federal naquele bairro representará, além da maior facilidade e segurança aos moradores, comerciantes e prestadores de serviços daquele importante bairro da Capital, possibilitará ainda mais, o pleno desenvolvimento da região, com o crescimento econômico e geração de mais postos de trabalho, aumentando as oportunidades de emprego aos trabalhadores residentes principalmente na região sul de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 916

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal, senhor Décio Dallabrida; ao vice-prefeito municipal, senhor Valdir Gnoato e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Clemente dos Santos, com votos de congratulações, pela passagem do aniversário do município de Capitão Leônidas Marques, dia 28 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A cidade tem seu nome em homenagem ao capitão Leônidas Marques, representante do governo do Estado na solução de problemas fundiários no sudoeste paranaense. Leônidas é originário do grego leonídas “leon” leão. E a população foi leonina para alavancar o sucesso do município.

A ordeira gente marquizeense tem colaborado para manter o município nos trilhos do sucesso e por isso a data de 28 de abril deve ser registrada sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento do que esse município representa para o nosso Estado.

Registrando este dia nos Anais da Assembléia Legislativa, estamos na realidade dando mostras de que falar de Capitão Leônidas Marques é narrar alegria e contentamento pela sua existência.

REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Ricardo Augusto Smijtink, secretário de Estado da Administração, solicitando as seguintes informações:

- se houve contratação de estudos no sentido de saber qual o valor exato a ser destinado à capitalização dos fundos;

- informar quem ou quais foram as empresas contratadas para execução deste trabalho, quanto foi pago pelo estudo, quando foi pago e quem autorizou o pagamento;

- qual era o montante necessário para capitalização do Fundo de Previdência e do Fundo Financeiro quando da sua criação;

- qual a disponibilidade financeira dos Fundos e qual ou quais as origens, e

- quanto custa mensalmente ao ParanaPrevidência as aposentadorias e pensões devidas.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em função da caótica situação financeira do Estado apresentada à sociedade, exigindo inclusive cortes em atividades essenciais, como: saúde, educação, segurança e infra-estrutura, redução no horário de atendimento ao público e constantes reclamações dos funcionários estaduais quanto ao abandono do atendimento oferecido pelo antigo IPE, é mais que legítimo conhecer de que maneira o governo, através do seu secretariado, vem realizando a capitalização dos Fundos de Previdência e Financeiro.

Portanto, diante das visíveis dificuldades do governo estadual em realizar controle restritivo de suas despesas, tendo que se valer, inclusive, da venda do patrimônio público, é que solicito tais informações e espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 919

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo secretário de Estado da Secretaria da Fazenda, doutor Ingo Henrique Hübert, solicitando informações sobre a arrecadação do ICMS nos últimos seis meses, ou seja, de outubro/2000 a março/2001.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, doutor Antonio Leonel Poloni, cumprimentando o mesmo pela conduta com que está conduzindo suas ações na questão da vigilância na fronteira Paraná/Argentina visando proteger o rebanho bovino brasileiro contra a febre aftosa.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER ao douto Plenário,

o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário dos Transportes, Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, solicitando restauração e recapeamento da PR-082, trecho entre os municípios de Cianorte a Rondon e de São Tomé a Japurá.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos o recapeamento da rodovia que liga os municípios de Cianorte a Rondon, bem como do município de São Tomé a Japurá, por que encontram-se em péssimo estado de conservação, praticamente intransitável no período de chuvas, dificultando o tráfego e consequentemente o escoamento de safras agrícolas daquela região.

A referida estrada é desprovida de qualquer tipo de sinalização e tem sido causadora de inúmeros acidentes que podem ser evitados com a referida obra de restauração e recapeamento.

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de atender o pedido da senhora Roseli Ana Bueno, que pede a colocação de 02 (dois) postes na Avenida Itambaem, proximidades do nº 852 - Balneário Shangrilá, tendo em vista que há 02 (dois) meses ela pediu ligação de energia elétrica em sua residência e até agora o pedido não foi atendido devido a falta desses postes. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-4946.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender os pedidos da senhora Iolanda Vieira Martins, residente à Rua Maria Luiza Borba, nº 539 - Vila Tarumã, que solicita a limpeza da valeta à céu aberto sita em frente a sua residência. Pede ainda, que seja designado um médico clínico-geral para atender os pacientes no Posto de Saúde Tarumã, afirmando que atualmente não existe médico nessa especialidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9902-8183.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 929

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Jardim Kosmos - Bairro Pilarzinho, devido aos freqüentes assaltos à mão armada que vêm ocorrendo, inclusive com ferimentos nas vítimas. O tráfico de drogas é enorme, com várias "Guan-gues Organizadas". Os moradores e a comunidade em geral encontram-se apreensivos devido a falta de segurança no bairro. A maioria dos adolescentes e jovens andam armados e muitos dos envolvidos são menores de idade. Pede-se providências urgentes, a fim de proporcionar segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Neide Terezinha da Costa, residente na Rua Iguatú nº 246 - Jardim Tropical - município de Piraquara, que pede agilização e previsão de instalação do terminal telefônico cuja transcrição foi feita através de seu CPF 338.693.839-68, há mais ou menos 5 anos atrás. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 667-3341 (recados com a senhora Cida).

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Soares, residente na Rua Carlos Klemtz nº 1410, bloco. 10, ap. 31 - bairro Fazendinha, que pede que o ônibus da linha Tupi tenha seu trajeto alterado, ou seja, que passe mais perto da Rua das Flores e vá até a empresa Material de Construções Mieli. Muitos usuários serão beneficiados com essa alteração, inclusive aqueles que utilizam muletas. Pede-se uma atenção especial ao pedido e que o mesmo seja atendido. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 245-5718.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Terezinha Alves de Oliveira,

residente na Travessa Grécia, nº 78 - Vila Grécia, que pede verificação na fiação elétrica dos postes da rua em que reside, tendo em vista que os cabos estão quebrados e as lâmpadas queimadas em toda a extensão da rua. À noite, o local fica muito escuro, favorecendo os riscos de assaltos aos moradores, os quais saem muito cedo e voltam tarde do serviço para suas residências. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-8395.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 942

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima senhora Denise Oldenburg Basgal - Digníssima secretária especial para o Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, solicitando relatório das obras e dos benefícios realizados por este governo no município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor doutor Armando Raggio - Digníssimo secretário de Estado, solicitando a seguinte informação:

Quantos médicos trabalhando hoje na área da saúde estadual, possuem o curso de homeopatia?

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, e ao diretor do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando agilização no término da passarela no Km 173 da Avenida Souza Naves, assim como da trincheira no Núcleo Santa Paula, ambos em Ponta Grossa.

Tais solicitações já foram feitas por este gabinete, pela Prefeitura Municipal e Comunidade de Ponta Grossa, mas infelizmente não foram totalmente atendidas. A referente passarela, bem como a trincheira seriam construídas em parceria com o DER e a Prefeitura Municipal.

Muitos acidentes ocorrem nos locais, com danos materiais e vítimas fatais, por falta do término das obras.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em nome do prefeito Péricles Mello, na Rua Visconde Taunay, 950.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado de Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando providências quando a falta de pessoal, viaturas e material de trabalho, para o Instituto Médico Legal de Ponta Grossa.

Além de não ter estrutura para realizar embalsamentos, a seção do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa sobrevive graças às doações feitas pelas funerárias, de materiais como algodão, atadura, esparadrapo, formol, luvas, entre outros. O motorista do veículo do IML e o auxiliar de necropsia protegem as mãos com sacolas de supermercados quando vão manusear um corpo. A ambulância perdeu um dos rodados na estrada e outra camioneta que o órgão dispunha, foi destinada a "Operação verão" e nunca mais voltou para o IML-PG.

Solicito então providências urgentes quanto aos fatos acima mencionados, além de solicitar informações no que se refere ao valor que foi repassado ao IML, dos municípios de Londrina e Maringá, e saber também por que Ponta Grossa recebeu, novamente, menos que outros municípios do Estado.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente à autoridade nominada na súmula, solicitando a realização de estudos objetivando o mapeamento das rodovias que necessitam urgentemente de reparos, para receberem os recursos decorrentes da arrecadação da execução do Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná, objetivando a contemplação do Noroeste como área prioritária de recuperação asfáltica.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A região do Noroeste do Paraná, constituída por cerca de cento e vinte municípios polarizados pelas cidades de Paranaíba, Umuarama, Maringá e Campo Mourão, é caracterizada geologicamente pela presença do arenito Caiuá.

Naturalmente, a consistência do seu solo, frágil, erosivo e facilmente solapante, contribuiu com a degradação da malha rodoviária naquela área.

Em nossas andanças pelo interior paranense, observamos que as estradas que servem regiões estabelecidas sobre solos basálticos, mostram-se em boas condições de trafegabilidade, daí, a razão do nosso pleito.

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao senhor Ingo Hübert, secretário de Estado da Fazenda solicitando a permanência da 5ª Delegacia Regional da Fazenda, no município de Guarapuava.

Requerem ainda, que após deliberação do soberano Plenário, se dê ciência ao senhor Joel Estafano Iatskiu, vereador da Câmara Municipal de Guarapuava, através de correspondência a ser encaminhada na Rua XV de Novembro, 3466 - CEP 85010-970 - Guarapuava-PR.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(aa) SERAFINA CARRILHO

ANTÔNIO BARATTER

REQUERIMENTO Nº 921-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, sobre o Programa Paraná 12 Meses, do governo do Estado, solicitando o seguinte:

01 - Qual o montante de recursos do Paraná 12 Meses aplicado e previsto até esta data, por componente, diferenciando os recursos do Banco Mundial e do Tesouro do Estado.

02 - Qual o montante de recursos aplicado e previsto ao Programa por componente, durante o exercício de 2.001, diferenciando os recursos do Banco Mundial e do Tesouro do Estado.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de pedido de informações a chefia da Casa Civil do Executivo Estadual, solicitando o que segue:

01 - Quantas viagens foram feitas pelo chefe do Poder Executivo ao exterior no período compreendido entre janeiro de 1995, até a presente data? Especificar quais foram os locais e as datas dessas viagens.

02 - Quantas pessoas acompanharam o governador em cada uma dessas viagens e quais suas funções específicas nas comitivas? Especificar as relações por viagem, funcionários, cargo.

03 - As despesas decorrentes dessas viagens foram pagas com recursos públicos ou não? Especificar a fonte do órgão público pagador, ou empresa, além do valor das despesas por viagem.

04 - Quais os assuntos que foram tratados em cada uma das viagens feitas pelo chefe do Executivo e suas comitivas e quanto tempo duraram as mesmas?

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 128/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Região Turística das Cataratas do Iguaçu (RTCI), constituída pelos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Céu Azul, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras e Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guairá.

Art. 2º - Na Região Turística das Cataratas do Iguaçu serão implantadas variadas formas de atração para o turismo, tendo em vista o aumento de turistas e maior permanência destes na região especificada.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do *caput* deste artigo, ficam consideradas de interesse da RTCI as seguintes ações:

I - Construção de portal nas rodovias de acesso, com placa intitulada "Região Turística das Cataratas do Iguaçu - RTCI" e posto de informações para turistas;

II - Projeto de desfavelamento em toda a região, com projetos de urbanismo e saneamento básico, saúde, educação e outras áreas consideradas vitais às pessoas;

III - Implantação de um programa integrado de coleta seletiva de lixo, bem como a realização de campanhas de conscientização ambiental;

IV - Ajardinamento de todas as estradas da Região, notadamente aquelas que margeiam as rodovias de acesso;

V - Incentivo ao turismo religioso;

VI - Demarcação de trilha para cavalgadas, a serem promovidas em parceria com os CTG's (Centros de Tradições Gaúchas);

VII - Demarcação de trilhas para caminhadas, seguindo o caminho utilizado pela Coluna Prestes para o resgate e valorização da história brasileira;

VIII - Criação de roteiro gastronômico envolvendo todos os municípios da região com a instituição de pratos típicos;

IX - Viabilização de hotéis fazenda, turismo rural e parques temáticos interligando o Caminho Ecológico do Iguaçu com a Costa Oeste;

X - Criação de sub-regiões específicas culturais, respeitando as suas origens étnicas com a implementação de centros de cultura Alemã, italiana, Polonesa, Árabe e outras, nos municípios e distritos;

XI - Incentivo à agricultura orgânica;

XII - Desenvolvimento da pesca esportiva;

XIII - Desenvolvimento de esportes náuticos, com utilização das bases náuticas;

Art. 3º - A RTCI terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 7 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, designados pelo governo do Estado do Paraná, sendo um indicado pela prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, um pelos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, um pelo Iguaçu Convention & Visitors Bureau e outros pelos municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da RTCI e mais um indicado por cada Faculdade de Turismo da Região, sob direção do presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 4º - Compete ao Conselho Deliberativo da RTCI:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da RTCI e a programação de serviços comuns aos municípios que a integram;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RTCI, objetivando o desenvolvimento do turismo na região;

III - Orientar, em parceria com as prefeituras da região, a implantação dos projetos previstos no artigo 2º.

Art. 5º - Compete ao Conselho Consultivo da RTCI:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da RTCI;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos projetos em conjunto com os municípios da RTCI;

Art. 6º - Os recursos para a execução dos projetos previstos da presente lei serão oriundos de:

I - Dotação orçamentária do Estado do Paraná;

II - Parte das multas ambientais cobradas na região pelo Estado do Paraná, na ordem de 50% (cinquenta por cento);

III - Suvenções e auxílio de entidades de qualquer natureza ou de organismos nacionais e internacionais;

IV - Convênios com as prefeituras e demais órgãos públicos da região, inclusive com aproveitamento de parcelas de royalties e ICMS ecológico;

V - Outras rendas, bens e valores;

Art. 7º - O Governo do Estado regulamentará a presente lei, com detalhamento dos projetos previstos e parcerias possíveis com os diferentes órgãos da administração pública e/ou entidades sociais e privadas;

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

É notória a capacidade que as Cataratas do Iguaçu, têm para atrair turistas de todas as partes do Brasil, assim como de outros países. Porém também é de conhecimento de todos a falta de atração para que o turista fique mais tempo na região. Estudos mostram que o tempo de permanência do turista na região não chega a dois dias, mas com a implantação da Região Turística das Cataratas do Iguaçu pretende-se reverter esta realidade aumentando a permanência do turista para cinco dias.

O presente projeto prevê melhoria na qualidade de vida da região, com programas de desfavelamento dos municípios envolvidos, campanhas de conscientização ecológica dos moradores da Região Turística das Cataratas do Iguaçu, valorização das origens étnicas culturais, além de planejamento integrado de todos os municípios limítrofes ao Lago de Itaipu e também dos municípios limítrofes ao Parque Nacional do Iguaçu.

Pretendemos, portanto, que toda região Turística das Cataratas do Iguaçu tenha um aspecto agradável ao visitante, e que a população que ali habita tenha melhorado a qualidade de vida, com preocupações voltadas inclusive com a melhoria de segurança pública.

Nossa região foi beneficiada pela natureza, que nos deu as quedas de águas mais belas do planeta, a beleza do Parque Nacional do Iguaçu e a engenharia moderna nos apresentaram com o maior Lago Artificial do mundo, tudo juntado ao povo maravilhoso que habita o oeste do Paraná.

Destaca-se no projeto a criação de dois conselhos, o deliberativo e o consultivo, que deverão ter a participação de todos os municípios integrantes da Região Turística das Cataratas do Iguaçu, além das Faculdades de Turismo da região.

Com o desenvolvimento integrado do turismo na região, ganha o Estado do Paraná, ganha Foz do Iguaçu que é a âncora de atração turística, ganha a região que verá o aumento da permanência do turista, com isto, o setor de serviços e o comércio regional aumentarão sua oferta de postos de trabalho, aumentará a arrecadação do Estado e iremos propiciar o desenvolvimento de toda a região oeste do Paraná.

Aprovando este projeto, a Assembléia legislativa contribuirá concretamente com o desenvolvimento político, econômico, social e cultural de uma importante região do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 129/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a dilatar em até 10 (dez) anos o prazo para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS de empresas do setor madeireiro e da indústria de alimentos inscritas no Programa Paraná Mais Emprego.

§ 1º - Só será contemplada com a dilação de prazo de que trata o *caput* deste artigo a empresa que estiver em dia com o fisco estadual e atuando dentro das normas previstas na legislação ambiental.

§ 2º - Fica vetada a concessão dos benefícios previstos nesta lei às empresas que estejam mudando de atividade quando da habilitação ao Programa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei a finalidade estimular o desenvolvimento e a competitividade de empresas localizadas principalmente no interior do Estado, levando a parcela significativa da população paranaense os benefícios da industrialização.

Visa, também, aumentar a competitividade de empresas de setores tradicionais da economia paranaense que vêm encontrando dificuldades financeiras momentâneas, e por serem geradoras de um grande número de postos de trabalho no interior do Estado, tendo portanto um significativo caráter social.

Sendo assim solicito dos nobres Pares com acento nesta Casa de Leis, que opinem favoravelmente ao assunto ora proposto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Na última quinta-feira, esta Casa houve por bem, pela maioria dos deputados, fazer com que a nossa Sessão Plenária de todas as quintas-feiras fosse transferida para a tarde de hoje. E a maioria dos senhores deputados se fez presente no plenarinho, onde fomos ouvir as arguições e as exposições a serem feitas pela nossa secretária de Educação do Paraná.

Diversos pontos ali foram questionados e as razões apresentadas pelos professores através da voz dos parlamentares, foram dirigidas à secretária que, infelizmente não respondeu a todos os questionamentos como eles eram dirigidos, e sim, na inteligência que ela possui, fazendo com que fossem transfiguradas as posições assumidas pelas suas ações na Secretaria de Educação. A primeira delas se refere ao Sistema Previdenciário, reclamado pelo ilustre deputado Algaci Tulio, que mostrava a dispensa daqueles mestres que davam a orientação e, principalmente, o meio pelo qual há recuperação, não só escolar, mas humana, uma recuperação, não só escolar, mas humana, uma recuperação de sociedade, de comunidade, eram feitos por aqueles mestres que, no entender da secretária de Educação, já não serviriam mais ao meio educacional do Estado do Paraná.

Não concordamos com isso, juntamente com o deputado Algaci, e fizemos valer da nossa posição de que alguma coisa teria que ser mudada e, principalmente, a medida a ser adotada pela secretária, e que esperamos que ela assim o adote, voltando à normalidade o ensino do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Outro ponto questionado por outros parlamentares, foi em relação à contratação de professores aqui da Capital do Estado, reclamação feita por diversos parlamentares e que infelizmente não foram convencidos, e muito menos os professores e a APP, que ali estava, da condição pela qual a contratação não foi efetivada e não tem a normalidade das crianças na escola, aqui na Capital e na região metropolitana.

Outro questionamento, senhor presidente, foi com referência ao transporte escolar, transporte esse feito através daqueles acordos de municipalização do ensino fundamental da quarta à oitava séries, feitas pelo municípios do Paraná. E aqueles que assim não efetuaram, não têm a disponibilidade do recurso a ser auferido pelo transporte escolar e teriam eles a condição de retirar do Salário-Educação a verba para o transporte escolar, coisa que também não concordamos.

Enfim, senhor presidente e senhores parlamentares, fazendo um resumo daqueles questionamentos, das interpelações, das posições dos professores, quer dizer que a secretária Saliba foi muito infeliz nas colocações apresentadas, e nos argumentos expostos a esta Casa de Leis.

E quero cumprimentar o presidente da Comissão de Educação, bem como todos os seus membros, pela oportunidade que nos deram, de uma vez mais nos somarmos à APP do Paraná, quando solicita a condição pela qual só melhora o ensino do Paraná trocando a titular da Secretaria de Educação.

Era isso, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada.

Venho a esta tribuna para comunicar sobre os resultados e os debates que foram proferidos na semana passada na Comissão de Obras, Transportes e Telecomunicações, Comissão que eu presido e que tivemos a oportunidade, juntamente com outros deputados, Algaci Tulio, Duflío Genari, Sérgio Spada, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin e Divanir Braz Palma, poder estabelecer um debate com os nossos convidados, onde tivemos a oportunidade de convidar o representante da Anatel, da nossa região, e também o representante Luiz Carlos, da Telepar Telecom, onde tivemos a oportunidade de poder colocar lado a lado, os deputados, a agência nacional que faz a fiscalização da operação de telefonia no Brasil todo e a empresa que opera nossa região.

Tivemos lá nesse embate em cima de várias questões, a principal delas que nós debatemos, que foi motivo de eu estar nesta tribuna há mais de um ano e meio, onde se debatia e se questionava a diferenciação tarifária que existe hoje na Região Metropolitana de Curitiba, Londrina, Maringá, enfim, todas as regiões onde - na Capital ou em uma das cidades individualizadas - se paga uma tarifa local e para se comunicar via telefone, de um lado a outro do rio Atuba entre Colombo e Curitiba, entre Pinhais e Curitiba ou entre os municípios da região, assim como acontece entre Londrina, Cambé e outras regiões, nós pagamos uma tarifa diferenciada muito maior do que aquela tarifação local.

Para que se possa ter consciência, o número de pulsos locais corresponde a um pulso a cada 240 segundo para ligações locais. Quando se paga uma tarifa de degrau como a que nós pagamos hoje, deputados, a população paga um pulso a cada 47 segundos. Desta forma, onerando violentamente toda a nossa população que só em Curitiba ultrapassa a um milhão de habitantes, gerando até prejuízos na área econômica e comercial, já que as grandes empresas estão desestimuladas a se implantar nos municípios da região metropolitana.

É uma questão que julgamos de extrema importância e que tivemos a oportunidade de questionar junto à Associação Comercial da Região Metropolitana de Colombo e que na verdade, não obstante a Telepar mandar a sua decisão favorável para que se cobrasse uma tarifa única, passem, senhores deputados, há mais de um ano e meio, levou a Anatel para tomar uma decisão autorizando que a Telepar cobrasse tarifa única, tarifa integrada que é realmente para onde caminha a questão da região metropolitana.

Quando nós falamos da integração regional, da necessidade de dar condições aos municípios metropolitanos, vemos, quanto quase (= % do transporte urbano de Curitiba e região metropolitana se encontra integrada com tarifa única, nós caminhamos no sentido inverso, já que na década de 80 a 89 tivemos uma cobrança única.

Hoje pagamos, infelizmente, bem mais caro em cima disso fizemos uma colocação que, felizmente, depois de mais de um ano e meio, segundo o doutor Paulo Cezar, representante da diretoria local da Anatel, ligando a Brasília, em nossa frente, tivemos a notícia que esta decisão, que esta autorização pedida pela Telepar para que se cobrasse tarifa única, já estaria autorizada já para este final de mês ou início do mês seguinte.

Queremos deixar claro, nesse momento onde se fala muito em privatizar, neste momento em que se fala em desestatizar, buscando largar das amarras de uma lei única no Brasil de Norte a Sul, nós ainda encontramos uma entidade de telecomunicações como a Telepar Telecom, que está ainda amarrada à legislação federal, fazendo com que uma decisão que é consenso, que é entendimento da operadora, que aflige mais de um milhão de habitantes só na região metropolitana de Curitiba, tivesse mais de um ano e meio para se ter uma decisão favorável. Isto é um absurdo que nós, nesta Assembléia, deveremos encaminhar nossa manifestação, nosso repúdio à Anatel, sobre a morosidade para as decisões nesta área de telecomunicações, área esta que tivemos um projeto, nesta Casa, aprovado, do deputado Baratter para as decisões nesta área de telecomunicações, área esta que tivemos um projeto, nesta Casa, aprovado, do documento Baratter, onde se buscava a cobrança discriminada, ou seja, a discriminação dos pulsos de cada ligação feita pelos senhores usuários e que infelizmente tivemos, por decisão judicial, a derrubada desta lei que esta Casa aprovou e foi sancionada pelo governo do Estado.

Tivemos também nesta questão, a oportunidade de termos a informação que o motivo principal da derrubada desta lei não foi, exatamente, a questão da sua constitucionalidade, já que é competência do governo federal legislar e fiscalizar sobre as telecomunicações. Mas, foi assim, por questões técnico-operacionais, onde, segundo a Telepar, apenas quando todas, 100% das centrais do Paraná serem digitalizadas, somente depois disso nós poderemos ter as informações, porque as centrais analógicas que existem hoje, muitas - só em Maringá existem duas grandes centrais analógicas - não têm condições técnicas de fornecer esta relação de pulsos por ligação. É uma questão técnica que nós entendemos, mas que cabe aqui, também, buscar a agilização da troca destas centrais por novas centrais digitais, que tenham condições de mostrar à nossa gente o quanto efetivamente estão gastando nas suas ligações, para que não haja dezenas de reclames que nós vemos hoje, onde muita gente paga por aquilo que nem sequer sabe se realmente efetivou as ligações.

Outra questão importante, questionada também, foi a utilização do Fundo da Universalização do Sistema de Telefonia, já que 1% do faturamento das empresas de telecomunicações vai para o fundo nacional, onde se define para que finalidade será utilizado este recurso. E também nesta questão nós tivemos uma investida e entendemos que este fundo deve ser regionalizado e que a

decisão sobre qual obra ou qual serviço deverão ser aplicados estes recursos, nós deveremos ter uma participação efetiva do governo estadual, desta Casa, da Assembléia. Por quê?

Porque não é possível que o governo federal defina, por sua própria, livre e espontânea vontade, o que é importante, de Norte a Sul deste País e já que os valores são arrecadados em nossa região, entendemos que temos o direito de definir prioridades. E entendemos que a telefonia rural, que não encontra condições técnicas e econômicas, atualmente, tendo em vista que as empresas buscam apenas as regiões de maior densidade, onde temos um maior volume de usuários, onde o lucro-retorno será certamente muito maior para esta empresa. Somente aí elas vão investir na ampliação do sistema, na liberação de mais linhas telefônicas, porque terão, certamente, mais usuários.

Nesta questão nós entendemos, deputados, que nós devemos ter uma decisão de prioridade, porque não é o governo federal que definiu que este ano os recursos serão aplicados para implantação da internet nas escolas - e isto é importante, sem dúvida - mas nós haveremos, sim, de questionar a necessidade desta companhia, com este fundo, conseguir viabilizar o atendimento de ligações de linhas telefônicas para as regiões rurais, onde o agricultor precisa, fundamentalmente, se utilizar deste instrumento para se movimentar e à sua comercialização.

Concedo aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Strapasson, quero cumprimentá-lo e dizer que nós que participamos daquela reunião da Comissão de Obras, pudemos sentir, na verdade, a importância que há que se bater em cima desta questão da telefonia. O deputado Sérgio Spada tem o projeto neste sentido, o deputado Baratter também tem, e eu até naquele momento, naquela reunião, quero lembrar aqui, nós devíamos ter na sala de reuniões aproximadamente umas 20 pessoas, e fiz em tom até, não de brincadeira, mas para fazer uma abordagem de quantas pessoas ali presentes já tinham tido problemas com telefonia, como estavam recebendo, e a maioria 90% levantou a mão, dizendo que tem problemas com a telefonia.

Esta Casa tem aqui um pedido da CPI já assinada por diversos ex-parlamentares, que acho que já está no momento de ser colocada à apreciação dos senhores líderes de Partido, indicarem os seus colegas a integrar essa CPI, para que evidentemente possamos, urgentemente, deputado Tony Garcia, trabalhar nesta área, que é uma área bastante problemática, depois da privatização. Aí estão as consequências da questão da telefonia no Paraná, encontramos muitas dificuldades, são muitas reclamações.

E naquele debate, pude mostrar ao pessoal da Telepar e ao representante da Anatel, de que, aliás, até fiz uma abordagem a ele, se tinha conhecimento de todos os problemas que a telefonia no Paraná estava apresentando.

E mesmo tendo um escritório da Anatel em Curitiba, dizia não ter todos esses dados ainda; não podia dar uma resposta, que é profundamente lamentável.

O problema da telefonia está aí, todos nós aqui sofremos na pele, na nossa linha telefônica, no nosso telefone fixo, a instrução de funcionário de empresas terceirizadas, que acabam entrando na nossa linha, ocupando esta linha telefônica, fazendo ligações, e que depois lá na frente o usuário é que paga. Então, é preciso, na verdade, instalarmos urgentemente essa CPI, para que se possa colocar já em movimentação, trazendo aqui os responsáveis por esta questão da telefonia pública no Paraná, da telefonia privada, para que venham a esta Casa, dizer para que vieram ao Paraná; se nós antes tínhamos uma Telepar, que era um exemplo para todo País, como tínhamos a Sanepar, que era um exemplo, como tínhamos a Copel, que ainda é, graças a Deus, um exemplo para o País. Não é possível continuarmos na dependência de um trabalho, que é ruim, que é de péssima qualidade, e que existe desta Casa, providências imediatas.

Quero parabenizar Vossa Excelência, por ter tomado esta iniciativa, de trazer à Comissão de Obras e Comunicações, este assunto, possibilitando um primeiro debate. E tenho certeza, tanto os representantes da Telepar, como da Anatel, sentiram que, a vontade desta Casa, é realmente ir a fundo na questão da telefonia.

Parabéns, senhor deputado.

O SR. EDSON STRAPASSON

Agradeço o aparte, deputado Algaci.

Nós entendemos da mesma forma, até com a Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Sérgio Spada, a necessidade de termos um acompanhamento diário e permanente, porque na verdade essas empresas que privatizaram, tiveram concessões a nível federal, elas se balizam essencialmente na legislação federal, e que, muitas vezes não é aquilo que nós entendemos ser correto, justo à nossa gente.

Então, nessa questão cabe aí um questionamento profundo, sobretudo neste momento, onde o Brasil desestatizou, telecomunicação, privatizou, dizendo que não era possível que uma Telepar que tinha eficiência tinha tecnologia e condições econômicas, tivesse que ser balizada com suas tarifas, da mesma forma que uma empresa deficitária, por causa da amarra da legislação nacional.

Não é possível que nós continuemos com uma Anatel, que é Agência Nacional de Telecomunicações, que rege toda fiscalização em cima dessas empresas; continuemos nós no Paraná, com a eficiência que temos, sendo legislados e tarifados pela Anatel Brasília, distante da nossa realidade, e que muitas vezes, a exemplo dessa questão que aflige mais de um milhão de habitantes da nossa região, está levando mais de um ano e meio para apenas autorizar aquilo que a Telepar, de consenso, de comum acordo, de entendimento, aceitou, que é tarifar, possibilitar a toda nossa gente da região metropolitana de

Curitiba, de Londrina, de Maringá, tenham a mesma tarifa local de Curitiba. Não é possível, como citei, que o transporte coletivo que é diretamente proporcional ao custo pós-quilo metragem esteja caminhando em direção à integração, tarifa única, nós tenhamos as telecomunicações cobrando diferenciado.

Então felizmente tivemos uma decisão favorável, e é isto que nós entendemos, que essa participação, inclusive a legislação de concessão deverá ser revista, ao nosso entender.

O Sr. Sérgio Spada

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Inicialmente quero parabenizá-lo deputado, pela luta, pela uniformização das tarifas nas regiões metropolitanas, mais que explicadas por Vossa Excelência e é natural. As companhias têm que entender que o seu apelo é justo.

Eu queria aproveitar esse momento, para registrar nos anais da Casa, deputado Strapasson, que a Telepar vem descumprindo o Código de defesa do Consumidor, vem ignorando decisões da Justiça Federal, vem ignorando decisões da própria Secretaria de Defesa do Consumidor, quando existia aqui no Estado do Paraná, de não debitar em contas da companhia serviços de terceiros, que não aqueles autorizados pelo consumidor, por exemplo o 0900, o popular, o famoso, Disk-Sexo.

A legislação é clara no Brasil. O Código de Defesa do Consumidor é claro no Brasil. Não é possibilitado debitar na conta de telefone, serviços como o 0900, como o 145.

No entanto, a Telepar, ousadamente descumpre o Código de Defesa do Consumidor, descumpre decisões judiciais, e não está levando em conta os apelos dos Órgãos de Defesa do Consumidor aqui no Estado do Paraná.

Portanto, a companhia de forma arbitrária, está lançando essas contas, esse débitos nas contas normais, o que contraria a legislação e nós, eu inclusive, na condição de presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, haveremos de tomar as devidas providências com relação a essa questão e gostaria de contar com o apoio e solidariedade de vossa Excelência e todos os deputados desta Casa.

Parabéns pela sua luta em prol da sociedade paranaense na questão de telefonia, deputado Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Para concluir senhor presidente, só complementando o questionamento do deputado Sérgio Spada, a Telepar alega que por decisão da lei de Concessões, ela é obrigada a fornecer a possibilidade de o usuário ter acesso a esses serviços.

Previamente, qualquer um poderá ligar à empresa para pedir o cancelamento do atendimento do 0900, com esse serviços que muitas vezes criam-se prejuízos.

Nós entendemos que para você ter acesso ao serviço você deve, primeiro como o senhor comentou, manifestar interesse e não tendo que depois de ofertado e usado o serviço indevidamente, ter que reclamar que não propôs aquisição daquele serviço. É uma interpretação, uma inversão realmente onde a Telepar coloca e nós entendemos da mesma forma que o senhor entende.

Queremos agradecer a presença, e na verdade, agradecer os senhores deputados que participaram desse assunto, logicamente deverá voltar à tona nesta Casa e à CPI já que o número de reclamações é muito grande e tenho certeza, cabe a nós encaminharmos todas as questões que interessam à nossa população, mesmo que se trate de uma legislação federal que rege as Telecomunicações.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tenho mais oradores do Pequeno Expediente, nem do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças:

Consulta a Liderança do PL, PSB, PSC, PST, PSL, PPS, PDT, PT, PTB, PFL, PSDB.

(Todas Declinam)

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Queria pedir permissão de Vossa Excelência, que dê um prazo às CPI's para entrega de relatório até o dia 19; Vossa Excelência nos permitir a ausência, minha, do deputado Ricardo Chab, deputado Luiz Carlos Alboggetti, para que possamos agilizar neste período da tarde até à noite, a finalização deste relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Muito justas as reivindicações de Vossas Excelências e aguardamos a conclusão.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Até que enfim o governador Jaime Lerner tem um motivo para comemorar o resultado de pesquisas aonde ele saiu vitorioso, senhor presidente. Depois de ser avaliado pessimamente pelos institutos de pesquisa a nível nacional a nível estadual, após não poder freqüentar mais o interior do Paraná em função deste governo desastroso que realiza, o governador Jaime Lerner conseguiu sair vitorioso numa pesquisa, em várias pesquisas, motivo pelo qual deve hoje estar pipocando foguetes no Palácio Iguaçu, no terceiro andar.

Nas pesquisas, nas enquetes que se realizam no Sábado de Aleluia, tradicional evento promovido em diversos lugares e por diversas entidades, o governador Jaime Lerner foi campeoníssimo na pesquisa onde ele saiu, numa situação mais difícil, ficou com 82,5% de intenção de votos.

Refiro-me, senhor presidente, nas pesquisas indicando o Judas do Paraná, o governador foi escolhido como o Judas Escariote, traidor do povo e por isso foi espancado violentamente nas ruas de todo o Estado, simbolicamente, é claro, os bonecos foram esfaqueados com uma fúria de leões pelo povo do Paraná, marcando o seu sentimento de repúdio a este governo que, moribundo, encaminha-se para o final. Foi, senhor presidente, a demonstração mais clara e inequívoca de que o povo paranaense está descontente com o governo Jaime Lerner.

Ora, em todas as enquetes realizadas aqui na periferia de Curitiba, ou na Igreja do Largo da Ordem, tradicional reduto lernista, aonde o secretário da Comunicação, Rafael Greca, todos os anos é chefe da festa que lá se realiza, ou lá no interior do Paraná, em qualquer cidadezinha aonde se colocou em votação, para que o povo do Paraná escolhesse o Judas para poder espancar em praça pública, o governador deu de surra, ganhou disparado na frente e na pesquisa onde ele teve o pior desempenho, a pior performance, conseguiu apenas 82,5% das intenções de voto e é exatamente, senhor presidente, nesta toada, neste encaminhamento que o Paraná vai e aí fica claro, por exemplo, a revolta do nosso povo não só em relação à venda da Copel, mas em relação à educação, em relação à segurança pública, em relação à agricultura, em relação ao funcionalismo público, em relação às privatizações, em relação à corrupção, que marca bastante este governo e é por isso que o povo diz que não agüenta mais esta equipe que aí está, infelicitando o nosso povo, e as pesquisas mostram que o povo está com a razão, porque a voz do povo, senhor presidente, é a voz de Deus; está escrito.

E quando o povo vai às ruas para manifestar a sua intenção, o seu desejo, é preciso que esta Casa aqui, esta Assembleia Legislativa que é a Casa do Povo, não feche o olho e não feche os ouvidos, não tampe os ouvidos, porque aqui, temos que ouvir o recado que vem das ruas, nós, que somos os legítimos representantes do povo do Paraná, temos que fazer aqui, aquilo que o povo quer, aquilo que o povo deseja, senhor presidente. E o que o povo do Paraná deseja hoje, é uma mudança brutal nos rumos desse governo, que aliás, rumo não tem, está mais perdido, está na verdade, em alto mar e a sua nau capitânea não tem rumo, está à deriva, não sabe em que porto vai atracar.

Venho aqui hoje usando o Horário das Lideranças da Oposição, para lembrar à Assembleia do Estado do Paraná que o povo do nosso Estado saiu às ruas para espancar o boneco do governador Jaime Lerner demonstrando a sua ira, a sua raiva em relação a esse governo que é ineficiente, que é corrupto, que deixa a desejar, que está marcado na volta da palheta como o governo mais irresponsável que este Estado teve; e o povo fala, o povo diz, e nós deputados temos

que ouvir aquilo que vem das ruas, temos que ouvir a mensagem do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/99, de autoria do deputado Beto Richa que autoriza o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 097/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária.

Sobre a matéria podemos observar que já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, constatamos nada existir que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, com a inclusão do substitutivo geral em anexo, que objetiva com as modificações introduzidas, viabilizar o projeto em consonância com a disponibilidade administrativa e financeira do Poder Executivo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI 097/99

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a implantar, no âmbito da administração direta e indireta, programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos.

§ 1º - Excetuam-se do referido programa, os servidores ou funcionários pertencentes aos quadros do Magistério, Coordenação da Receitas do Estado - CRE, Polícia Civil, Polícia Militar, procuradores, advogados, Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

§ 2º - O programa terá duração de 01 (um) ano a partir da publicação desta lei.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o programa definindo a modalidade de incentivo, a origem dos recursos necessários e áreas abrangidas.

Parágrafo Único - As modalidades de incentivo ao desligamento do programa serão:

a) incentivo financeiro por ano de serviço; ou

b) incentivo ao desligamento gradativo com prejuízo de remuneração.

Art. 3º - Fica vedada, a qualquer tempo, a recontração do funcionário ou servidor que aderiram ao programa de demissão voluntária.

Art. 4º - No caso do servidor ou funcionário contratado pelo Regime CLT, a demissão se processará obedecendo suas normas, garantindo-se o incentivo proposto no artigo 2º.

Art. 5º - As vagas decorrentes das adesões ao programa serão consideradas automaticamente extintas, ficando vedadas a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 04 (quatro) anos.

Art. 6º - Fica expressamente proibido qualquer tipo de constrangimento visando pressionar o funcionário ou servidor a aderir ao programa especial de demissão voluntária.

§ 1º - O Poder Executivo nomeará comissão composta de 03 (três) membros, sendo um deles promotor de Justiça indicado pela Procuradoria de Justiça do Estado, visando apurar eventuais denúncias de constrangimento.

§ 2º - Recebida a denúncia, a comissão instalará inquérito administrativo num prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Comprovada a denúncia o autor será demitido a bem do serviço público, e responsabilizado criminalmente pelos danos.

Art. 7º - Excluem-se do presente plano, os ocupantes de cargo em comissão.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá adotar ainda outros benefícios que incentivem a demissão voluntária.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós temos hoje inclusive a honra de receber aqui na nossa Casa, nosso ex-deputado, atual vice-prefeito, Beto Richa. Vamos votar aqui hoje um substitutivo geral da Comissão de Finanças.

Senhores deputados que aprovam o substitutivo geral da Comissão de Finanças, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, com todo o respeito ao projeto de lei do nosso querido amigo deputado Beto Richa, atual vice-prefeito de Curitiba, nos, da Oposição, não concordamos com essa idéia. Achemos, senhor presidente, que um plano de demissão voluntária é na verdade um grande risco hoje para o funcionalismo do nosso Estado, sobretudo para os funcionários de quem o Estado mais precisa. É um risco enorme abrirmos uma possibilidade de demissão, senhor presidente, de demissão que possa atingir setores vitais do nosso Estado que passam enormes dificuldades, na área da saúde, na área da agricultura, na área do Magistério Público, na área da Educação. É muito perigoso, o Estado tem deficiência de recursos humanos, o Estado tem dificuldades, e está provado que esses PDV's têm atingido especialmente aqueles funcionários de quem o poder Público não pode abrir mão.

E achamos que não podemos dar um cheque em branco a este governo, temos que ter critérios, temos que preservar a máquina pública do Estado do Paraná para que preste um serviço de qualidade à nossa população.

Por isso, senhor presidente, nós, com todo respeito com esse projeto, com essa idéia do deputado Beto Richa tem da nossa parte, da parte da Oposição aqui, encaminhamos contrários e pedimos o voto contrário a essa proposta de lei.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

A Liderança das Oposições, senhor presidente, encaminha contrariamente à aprovação desse projeto pelas razões já expostas aqui, pela Liderança do PMDB.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não obstante ser um projeto de iniciativa positiva, do deputado Beto Richa, também entendemos, como entendem vários deputados da Oposição, que um de demissão voluntária, se não estiver bem

discriminado, regulamentado acaba sendo um procedimento que realmente vai colocar para fora dos quadros dos servidores do Estado, exatamente aquele bom profissional que está, muitas vezes, desvalorizado, pelos anos de carreira não reconhecidos.

Então, entendemos que é muito perigoso para o governo do Estado, seja para o atual ou para o próximo, você realmente colocar ou dispensar ou pagar, para ter fora dos seus quadros, profissionais de alta capacitação.

Entendo que aqueles que, muitas vezes, não encontrarão, no mercado de trabalho, uma oportunidade, pela sua falta de capacidade, continuarão acomodados nos quadros do Estado. Então é uma questão que vemos com muita preocupação, na medida que ele poderá ser algo nocivo aos funcionários, aos quadros dos servidores do governo do Estado, na medida em que ele vai proporcionar até uma perda de bons profissionais.

Nesse sentido, encaminhamos também contrário, não ao objetivo do deputado, mas sim à forma como está sendo conduzido esse projeto, sem uma discriminação, sem um projeto mais regulamentar, deixando nas mãos do governo uma porta aberta, para fazer o que bem entender, em cada setor.

Era isso.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, acredito que o bom senso sempre imperou nesta Casa e principalmente na sua pessoa, como presidente da nossa Comissão Executiva. Faço um requerimento a esta Mesa, que este projeto pudesse ser adiado, para um melhor entendimento, entre as Lideranças, tanto da situação, na pessoa do ilustre parlamentar, Durval Amaral, quanto da nossa Oposição ao governo, do deputado Waldyr Pugliesi. Que pudéssemos ter aí um espaço pelo qual Vossa Excelência, dentro do Regimento Interno, pudesse achar, como sempre achou, uma condição pela qual sempre o bom senso, nesta casa, prevalecesse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo, respondendo a Vossa Excelência que este projeto já foi retirado por 10 (dez) sessões e, infelizmente, o nosso Regimento não permite que seja retirado novamente.

Está em processo de votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, o substitutivo não deveria estar aqui apenso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência tem toda razão, senão está anexo à Ordem do Dia...houve uma falha da nossa assessoria, porque esteve realmente na Sessão de quinta-feira, publicado. Como não foi votado na quinta-feira, foi transferido para o dia de hoje e infelizmente não está. Vamos pedir ao nosso 1º secretário a leitura do substitutivo.

tivo geral, com isso entendemos que estamos atendendo a solicitação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Não seria melhor, senhor presidente, que se fizesse o adiamento para a sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há a menor possibilidade, nobre líder da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, o nosso Regimento nos impede de autorizar a transferência, quando já foi anteriormente feito o pedido de adiamento.

Solicito ao 1º Secretário a leitura do substitutivo geral.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

(Procede a leitura do inteiro teor do substitutivo geral do Projeto de Lei nº 097/99, da Comissão de Finanças)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de fazer uma análise aqui, do ilustre deputado Durval Amaral, nosso líder do Governo.

Gostaria de fazer apenas uma reflexão, sei que é um projeto que na sua essência, no seu princípio, eu, particularmente não sou contra, porque acho que o funcionário pode optar pela demissão ou não.

Agora, me preocupa, senhor presidente, e isso que eu gostaria que o deputado Durval Amaral analisasse.

Vou dar um exemplo. Por exemplo, deputado Hermas Brandão, Vossa Excelência tem conhecimento desta área e sabe da situação que está vivendo o Paraná.

Nós estamos numa guerra total para que o Estado possa manter longe das nossas fronteiras a possibilidade da ocorrência da febre aftosa, por exemplo. É convocado o Exército Nacional, é solicitado ao Exército, numa medida preventiva do governo que tem o nosso apoio total e irrestrito para que o estado do Paraná seja protegido nesse momento.

Acho que um plano como esse, nesse Substitutivo colocado ao projeto do deputado Beto Richa a quem tenho profundo respeito, nos leva a uma dificuldade bastante grande. Imaginem se aqueles técnicos contratados pela Secretaria de Agricultura do Paraná, num convênio com o Ministério da Agricultura, onde ficou por parte do Estado a contratação dos técnicos, imaginem se tivermos 8 ou 10 demissões desses técnicos agora? Não pode haver contratação substitutiva, não se pode abrir concurso e nós só poderemos preencher essas vagas daqui a 4 anos. Isso está fora do que prevê o Projeto!

Acho muito temerário nós aprovarmos esse Projeto hoje dando essa possibilidade ampla. Eu acho que tinha que ser um projeto mais amarrado. Quais as áreas real-

mente que poderiam ser passíveis da demissão voluntária? Qual o tipo de servidor que poderia ter a opção com relação a esse plano. Agora, nós só eliminamos aí? Quer dizer que se da parte da Secretaria da Saúde em que o governo do Estado faz um esforço muito grande, eu sou testemunha disso, para que o médico de família seja implantado na maioria dos municípios do Paraná e com número de equipes suficiente para atendimento da população. E se nós tivermos técnicos da área da saúde que entrarem no Plano Demissão Voluntária, quem irá substituí-los? Só daqui a quatro anos?

Quer dizer, nós aqui não podemos estabelecer isso? A idéia do projeto eu acho que é válida, mas o substitutivo da forma como está colocado, coloca em risco atividades que são fundamentais para o Paraná como é hoje a prevenção da febre aftosa em nosso Estado. Você vai em Foz do Iguaçu, onde todos os carros são obrigados a passar pelo local de desinfecção, todos os cidadãos são obrigados a desinfetar os seus pés para entrarem no Paraná e daqui a pouco vamos perder alguns técnicos que são extremamente importantes e vitais para esse trabalho no Estado.

Acho que é um projeto importante, mas neste momento ou se inclui a Secretaria de Agricultura e a de Saúde ou corremos um sério risco de aprovarmos esse projeto hoje e podemos ter lá na frente, dificuldades em áreas essenciais.

Faço um apelo ao deputado Amaral. Não sei qual entendimento poderíamos ter, já que não pode sair o projeto da Ordem do Dia. Talvez um acordo de Lideranças. O Plenário é soberano. Nós poderíamos solicitar uns dias, deputado Pessuti, porque é uma área que nos preocupa muito nesse momento.

Faço este apelo ao deputado Amaral para que entrássemos num entendimento com relação a questão desse projeto.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Vossa Excelência tem razão em negar a retirada do Projeto da Ordem do Dia de hoje, porque, embora ele não esteja em Regime de Urgência, ele está em processo de votação. O Regimento é claro quando diz que um projeto em processo de votação, não será permitida a retirada. No entanto, senhor presidente, no dia de amanhã, esse projeto voltará em 3ª discussão. Não votação. A indagação que faço é se amanhã poderemos requerer a retirada de Projeto por dez, quinze, trinta sessões, porque estará em discussão e não estando em Regime de Urgência, no meu entendimento seria possível nós retirarmos o projeto amanhã, quando estiver em 3ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de Ordem de Vossa Excelência, o artigo 159 é bem claro: “Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento

que não excederá a dez sessões e, por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado pelos senhores deputados”.

Isso já foi concedido no ano passado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Ele já foi retirado por dez sessões?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em 12 de abril do ano passado ele foi retirado por dez sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Presidente, Vossa Excelência, quem sabe, poderia deixar de incluí-lo na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se houver entendimento das Lideranças, nós poderemos acatar a sua sugestão.

Concedo a palavra ao senhor deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados, a preocupação dos senhores deputados é que existem algumas carreiras, que são verdadeiramente carreiras estáveis, não são passíveis de entrar no PDV. Também é a preocupação não só desta Liderança, mas dos deputados de uma maneira geral. Tanto isso é verdade, que ao projeto de deputado Beto Richa, ilustre amigo que nos visita e que nos honra nesta tarde, nós tratamos de excluir da possibilidade de um plano de demissão voluntária, com intuito exclusivo de aprimorar o projeto, que na sua essência já era muito bom. Mas nós tratamos de incluir no artigo 1º, parágrafo 1º, onde é muito claro. Ele é afirmativo ao dizer excetuam-se do referido programa os funcionários, ou servidores pertencentes aos quadros do Magistério, a Coordenação da Receita do Estado (CRE), a Polícia Civil, a Polícia Militar, os advogados, os técnicos do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e as Instituições de ensino superior do Estado. Porque essas carreiras estão expressamente proibidas de aderir ao PDV. É inquestionável que são funcionários altamente qualificados, podemos aqui citar o caso do Iapar, onde nós temos além de técnicos, temos cientistas, que ao longo de muitos anos foram qualificados pelos seus próprios esforços, e pelos esforços do governo do Estado aprimorando esta gente. Os docentes do Estado do Paraná, os professores, quer seja do ensino superior, do ensino médio, ou até mesmo do 1º grau, que também o Estado fez ao longo dos anos investimentos maciços para que esses profissionais pudessem ter a qualificação que tem hoje. Não é admissível em hipótese alguma, admitir que os funcionários tanto da Polícia Militar, aqueles que cuidam da segurança pública do nosso Estado, pudessem ser atingidos por um plano de demissão voluntária. Até porque, é muito claro,

com a demissão do funcionário, que livremente optar não é compulsoriamente, aquele que optar por sair do serviço público automaticamente o seu cargo, a sua vaga ficará extinta, não poderá novamente ser preenchida e trará uma economia substancial para o Estado.

Agora, o que se pretende neste momento, é até possibilitar, é dar uma oportunidade aos Servidores Públicos que estão a muitos anos no serviço e que querem ter uma alternativa viável de buscar na iniciativa privada o seu dia-a-dia, o seu ganha pão, o seu sustento. Mas que hoje não podem sair do Poder Público, porque perderiam todas as vantagens acumuladas ao longo de anos. Desta forma aquele servidor, que não esteja nas carreiras do Estado poderiam efetivamente buscar uma nova alternativa, poderiam aumentar os seus ganhos na iniciativa privada. E o Estado não teria a necessidade de recompor essa vaga, pelo contrário, iríamos de encontro aos anseios da sociedade Brasileira, que a todo momento cobra a racionalização das despesas públicas, que a todo momento cobra o enxugamento da máquina, que a todo momento cobra a diminuição das despesas com o Serviço Público. Sem entretanto comprometer a eficiência do Serviço Público.

Por isso nós estamos apoiando o projeto de lei do deputado Beto Richa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Está aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças, artigo por artigo, automaticamente, estão prejudicadas as Emendas de Plenário.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 30/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti. que declara de Utilidade Pública Estadual a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Borrazópolis, com sede em Borrazópolis e foro em Faxinal. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 008, de 06/03/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 31/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais Santa Rita de Mandirituba com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande. **Aprovado, com voto contrário do deputado Geraldo Cartário. (Publ. no D.A. nº 008, de 06/03/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 33/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV na cidade de

Ponta Grossa-PR. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 008, de 06.03.2001).**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro. Com sede e foro no município de General Carneiro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 005, de 22.02.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 016/2001

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro, com sede e foro no município de General Carneiro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade da matéria, apresentamos Emenda Corretiva para melhor adequá-las às normas legislativas.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 27/2001 - Mensagem nº 08/2001, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a proceder o pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais, aos familiares dos policiais militares, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F. (Publ. no DA nº 007, de 05.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 27/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 27/2001, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a proceder o pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais aos familiares dos policiais militares.

A Lei 12.896, de 06.07.2000, concedeu auxílio contra acidentes pessoais aos policiais civis ou militares, acidentados no efetivo exercício de suas funções, no período compreendido entre 10.12.98 e 16.02.2000.

Considerando a missão de período em que ocorreram outras mortes de policias em efetivo exercício da profissão, o Poder Executivo propõe a presente matéria a

fim de corrigir o erro, em benefício das famílias dos policiais militares mortos.

Isto posto, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 27/2001.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 27/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 27/2001, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 08/2001, autoriza o Poder Executivo a proceder o pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais aos familiares dos policiais militares.

Sobre a matéria podemos observar que já existe o pronunciamento Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do art. 33 do Regimento interno, constata que a Lei nº 12.896, de 06.07.2000, concedeu auxílio contra acidentes pessoais aos policiais civis ou militares acidentados no efetivo exercício de suas funções, no período compreendido entre 10.12.98 e 16.02.2000.

O Poder Executivo propõe a presente matéria a fim de corrigir o erro, em benefício das famílias dos policiais militares mortos.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2001.

(a) ADEMIR BIER
Presidente e Relator

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, solicito da Presidência apenas um esclarecimento, porque diz aqui o projeto: autoriza o Poder Executivo a proceder pagamento de auxílio contra acidentes pessoais, no valor de quinze mil reais, por morte no efetivo exercício das funções policiais, aos familiares dos policiais militares conforme especifica. Apenas o seguinte, senhor presidente, na última semana, nós tivemos aqui a presença dos policiais civis e militares aqui na Casa, e a não ser que eu seja traído pela memória, ficou do governo do Estado encaminhar uma mensagem do Plano de Cargos e Salários dos policiais militares e civis até o dia dezesseis, hoje é dia dezesseis. Apenas uma pergunta: eu gostaria de saber se esta Presidência, a Mesa Executiva da Assembléia, recebeu este Plano de Cargos e Salários do governo do Estado, a mensagem, ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Infelizmente, o presidente Hermas Brandão não se encontra, só se está no Gabinete da Presidência, na Mesa até agora, não chegou.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o projeto.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública, Amai - Associação Maanaim de apoio à infância, com sede e foro no município de Londrina Paraná. COM PARECER DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado (Publ. no DA nº 008, de 06.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 032/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Amai - Associação Maanaim de apoio à infância, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade da matéria, apresentamos emenda corretiva para melhor adequá-las as normas legislativas.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 32/2001

O artigo 1º do presente plano de lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Amai - Associação Maanaim de apoio à Infância, com sede e foro no município de Londrina”.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre concessão de vagas aos índios no concursos vestibulares. COM

PARECRES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **(Publ. no D.A. nº 28 de 28.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 232/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 232/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, dispõe sobre concessão de vaga aos índios nos concursos vestibulares.

As Constituições em geral estabelecem o princípio da igualdade. A Constituição brasileira, em seu artigo 5º, *caput*, estabelece que todos são iguais perante a lei. Esse princípio não se presta a nivelar os cidadãos diante da norma posta. Contudo, a lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia.

Celso Antonio Bandeira de Mello, em sua obra “Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade”, ensina: “A Lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo modo assimilado pelos sistemas normativos vigentes”. (pág. 10).

Quando é vedado à lei estabelecer discriminações? Quais os limites inerentes à função legal de discriminar?

A Constituição Federal reserva capítulo específico para tratar da propriedade dos índios, nos artigos 231 e 232. A lei nº 6.001/73 trata do estatuto do Índio, o Decreto 25/91 dispõe sobre auto-sustentação dos povos indígenas, entre outras leis destinadas a proteger os índios.

Essas leis não representam qualquer hostilidade ao preceito igualitário que a Constituição Federal prestigia.

O Código Civil e o estatuto do Índio dispõem que os índios são relativamente incapazes, razão pela qual necessitam de proteção especial. Contudo essa incapacidade relativa pode ser suprida com o acesso a cursos universitários e exercício das profissões escolhidas.

Diante do exposto, considerando constitucional, legal e na forma da técnica legislativa, emitimos nosso Parecer favorável ao projeto de Lei nº 232/2000.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BARATTER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 232/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, dispõe sobre concessão de vagas aos índios nos concursos vestibulares.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entende que com base no artigo 178, inciso I, da Constituição Estadual.

“Art. 178, inciso I - Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação”.

O presente projeto de lei, reservando 3 (três) vagas no vestibular aos índios, de modo a permitir-lhes o ingresso a cursos superiores, pretende diminuir distorções, resgatando direitos e oportunidades iguais a todos.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Em votação.

Para encaminhar deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. O Projeto nº 232/2000, de minha autoria, visa dar a oportunidade aos nossos índios do Estado do Paraná, para que possam frequentar as Universidades Públicas do Estado. Temos cinco universidades no Estado do Paraná, mantidas pelo governo do Estado. E a idéia deste projeto e até seguindo exemplo de outros países, é dar esta oportunidade, visto que os índios, no Estado do Paraná, não têm a menor condição de sobreviver dentro das suas áreas indígenas. E, logicamente, uma das maneiras para que eles possam chegar ao mercado de trabalho, é através da educação, principalmente através do ensino superior.

Muitos poderiam perguntar se não estaríamos abrindo um precedente. Mas, muitos exemplos, inclusive nos Estados Unidos, a famosa lei, no célebre “Caso Bake”, de 28 de junho de 1978, onde a Suprema Corte Americana concedeu a oportunidade de que os negros tivessem acesso às universidades. Lei hoje, que deixou de ser necessária, até porque eles alcançaram seu direito, depois de muitos e muitos anos. Mas, no caso brasileiro e especificamente no Paraná, achamos que os índios merecem esta oportunidade.

E muitos ainda poderiam perguntar: “Mas, os índios entrariam sem vestibular, sem que houvesse uma pré-qualificação?” O nosso projeto, senhores deputados, prevê que a qualificação seja feita pelas universidades. Apenas três vagas cada universidade ofereceria aos nossos índios. E, logicamente, todos aqueles que completassem o 2º grau teriam um vestibular feito pelas universidades, entre os índios. E os cursos seriam determinados pelas próprias universidade, sem que os alunos tivessem perda de vagas. Estas vagas seriam excedentes. Consultei algumas universidades, não todas. Mas, todas as que consultei, as que pude contactar, disseram ser favoráveis ao projeto, não vendo nenhum problema para que ele se torne exequível.

Por esta razão, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto. E faria aqui, uma solicitação,

logicamente não querendo impedir o direito regimental dos deputados de apresentar emendas, mas se os deputados pudessem nos auxiliar não apresentando emendas ao projeto, há um acordo feito com o líder do Governo e também com o secretário Pretextato Taborda Ribas, secretário da Justiça, ao qual a assessoria indígena é vinculada, de que se conseguíssemos a aprovação até amanhã, dispensando a redação final, teríamos a sanção pelo governador Jaime Lerner, ainda no dia 19 de abril, quinta-feira, que é o Dia do Índio, presenteando a todos os índios do Paraná.

Por isso, peço a colaboração dos deputados, não querendo, como disse, de forma alguma, tirar-lhes o direito regimental de apresentar emendas. Mas, se fosse possível não apresentar emendas, poderíamos sancionar o projeto até o dia dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Custódio da Silva.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria de cumprimentar o deputado César Silvestri pela iniciativa do seu projeto. E deixar arquivado nos anais da Casa que não são só os índios que não participam das universidades estaduais.

A maioria dos trabalhadores rurais, homens humildes, infelizmente, não têm a oportunidade, nestas universidades estaduais porque hoje são ocupadas, estas vagas, por pessoa que têm, realmente, condições financeiras melhor, por estudarem em escolas particulares.

Então, precisamos fazer um projeto que venha de encontro às necessidades dos trabalhadores e das pessoas mais humildes do Estado do Paraná, para que possamos colocar essas pessoas nas universidades estaduais gratuitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 917, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Para discutir)

Senhor presidente, não recebi cópia desse requerimento, é discussão adiada?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não, não é adiada.

O SR. DURVAL AMARAL

O senhor poderia ler o inteiro teor do requerimento, por favor, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o senhor secretário para que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)
(**Procede a leitura do requerimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em discussão o requerimento. Em votação, os deputados que aprovam a presente.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação. Os deputados que aprovam o devido requerimento, queiram levantar-se.

Está rejeitado o requerimento.

Rerimento nº 923. de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Para Encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Waldyr Pugliesi.

Senhor presidente, nós estamos encaminhando contrariamente, a votação desse pedido de regime de urgência, pelo seguinte: porque se faz aqui a exclusão do período do governador Roberto Requião?

Acho que nós estamos fazendo através desse requerimento um salto, a não ser que estejamos enganados. As contas anteriores a esse período ainda não foram analisadas.

Nós temos convicção que deveríamos caminhar cronologicamente de maneira correta.

Então a Liderança das Oposições, encaminham contra o regime de urgência, para que se vote as contas do ano de 95, 96, 97 98 e 99; contrariamente ao Regime de urgência.

O SR. BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, na verdade quando solicitei o regime de urgência, para esse período, nem me dei conta que poderia ainda existir o “período do Requião”, para ser votado aqui.

Então, sugiro a Vossa Excelência, que insira no nosso requerimento, regime de urgência para todas as contas dos governos estaduais, que eventualmente estiverem para ser aprovadas.

Evidentemente que pode atender o cronograma do início, seja dos governos: Requião, Richa, Álvaro ou Lerner.

Agora, o que não pode é o governo estadual, legislar com o reparo técnico do Tribunal de Contas e não legislar com o Poder Legislativo. que aqui está.

Então, nenhuma conta do governo, seja de qual governo fôr, que não passar pelo crivo da Assembléia, não estará com suas contas aprovadas nem rejeitadas. Agora, o que não podemos permitir, é que a Casa, deixe na gaveta um projeto destes , uma aprovação de contas, para que eventualmente, possa surgir desconfiança como acabo de ver do Líder das Oposições, senhor Waldyr Pugliesi que não inclui o Requião.

Não há este objetivo.

Hoje as coisas mudaram, estão mais transparentes.

A Assembléia Legislativa está vivendo um novo período, um novo tempo; e evidentemente que as contas do Poder Público do Estado, tem que passar pelas Comissões Internas da Casa, pela Comissão de Finanças. Tem que passar sobretudo pelo Plenário.

Do contrário, nós não temos contas aprovadas, nem rejeitadas.

Agora me lembrou o deputado Pugliesi, que as contas do governador Requião, também ainda não foram aprovadas.

Então que sejam inseridas todas as contas que ainda não foram aprovadas pelo Plenário da Assembléia Legislativa, que venham a público, a fim de que possamos manusear o orçamento aplicado no Poder Executivo.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, então o encaminhamento do deputado Valdir Pugliesi é correto.

Devemos rejeitar o Requerimento do deputado Beraldin e amanhã apresentar o requerimento compreendendo todas as contas dos governos que ainda não foram apreciadas. Desde o Richa, do Álvaro, do Requião, para nós podermos avaliar.

Quero propor esse encaminhamento ao deputado Beraldin, de nós rejeitarmos o seu requerimento, e apresentarmos outro mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulte ao autor, se ele não quer retirar este requerimento, refazer e reapresentá-lo na sessão e amanhã?

O SR. BERALDIN

Perfeitamente, senhor presidente, pode ser feito sim, sem dúvida nenhuma, já que dormimos durante tanto tempo, o que custa 1 dia a mais!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está rejeitado pelo autor.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Apenas quero registrar aqui a presença de um grande amigo que conheci há muitos anos, doutor Friedmann Ventapp, juiz federal que conheci ainda nos bancos escolares; foi um grande companheiro e hoje temos a honra de vê-lo galgando o poder Judiciário, da esfera

federal e com muito prazer o recebemos aqui na tribuna de honra, esse dileto amigo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 947, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 948, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, de início nós não nos preocupamos com a denúncia da escuta telefônica porque imaginávamos de que se tratava de mais um crime que ocorre na vida da nossa sociedade, mas com o passar dos dias ficou evidenciado o envolvimento, a gravidade da situação porque segundo pessoas que estão envolvidas com essa fraude a autoria do grampo teria partido da Casa Militar instalada no terceiro andar do Palácio Iguazu.

Nós começamos a rememorar que no ano passado a secretária de Administração, Maria Elisa Paciornik, também foi vítima deste crime. E agora, ontem, lendo os jornais, senhor presidente, o telefone do próprio governador, segundo o cidadão que fez o grampo, também estava grampeado.

Então, eu creio que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem que cumprir o seu dever e o seu papel, sem querer incriminar esse ou aquele, sem fazer um pré-julgamento, eu acho que nos cabe a responsabilidade de investigarmos para sabermos a extensão do grampo telefônico desta rede de criminosos, para sabermos se inclusive aqui nesta Casa, na Assembléia Legislativa, os telefones nossos não estão grampeados, porque já houve caso de deputados ter o telefone grampeado, em que pese particularmente não temo nenhum grampo no meu telefone, senhor presidente, mas é preciso, a Constituição preserva o sigilo telefônico.

E se estão grampeando o telefone do governador é bem provável que o grampo esteja aqui nesta Casa também.

É bem provável que esses arapongas tenham interesses outros, estejam ouvindo conversas ali do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, de outros órgãos, outros membros do governo.

É preciso fazer uma investigação serena, tranquila, para sabermos, senhor presidente a origem dessa fraude, desse crime, quem são os autores e a finalidade, a quem estão servindo as pessoas que grampearam o telefone de autoridades, de empresas particulares, ou de pessoas que

ainda querem ouvir mais conversas. É por isso, que eu estou propondo essa comissão suprapartidária para que nós possamos investigar, fazermos uma avaliação pormenorizada, a fim de nós termos uma idéia cabal de quem são e para que serve essa fraude, esse crime de escuta telefônica, quebrando um princípio constitucional do sigilo telefônico. E eu acho que a Assembléia Legislativa do Paraná não pode se esquivar da sua responsabilidade, não pode se esconder; tem que cumprir com o seu dever e fazer uma investigação tranquila e transparente para mostrar ao povo do Paraná de que aqui nós não damos margem ao crime, de que a Assembléia contesta essa prática de ilícitos, e sobretudo a prática da fraude.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua em discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Treze (13) senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezessete (17) senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero registrar os votos de quem votou favorável a uma ampla investigação, senhor presidente. Os deputados que votaram a favor desse requerimento que não tinham uma visão política mas apenas esclarecer a verdade: - Deputado, nosso líder, Waldyr Pugliesi, deputado Strapasson, deputado Eli Ghellere, deputado Zuk, deputado Pessuti, deputado Nereu, deputada Luciana, deputado Cezar Silvestri, deputado Marcos Isfer, deputado Antonio Anibelli, deputado Augustinho Zucchi, deputado Sérgio Spada e deputado Renato Gaucho.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 949, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nós, informalmente já sabemos quantas viagens o governador Jaime Lerner já fez para o estrangeiro, 39, já sabemos os lugares que ele foi. Agora não sabemos quanto ele gastou nestas viagens, não sabemos a comitiva, os objetivos das viagens. Quer dizer, são perguntas singelas, perguntas que não demandam grande preocupação em responder. Por isso, senhor presidente, não vemos nenhuma preocupação do governo em expli-

car o óbvio a esta Casa, de informar, oficialmente, ao povo do Paraná, através da Assembléia, quantas viagens o governador Jaime Lerner fez para o estrangeiro? O mesmo governador que quer passe livre, o mesmo governador Jaime Lerner que quer autorização para viajar para o estrangeiro até 31 de dezembro de 2002, sem autorização da Assembléia Legislativa, pontualmente! O mesmo governador que já tem autorização para viajar para o Mercosul e nós até entendemos essa preocupação de viajar para o Mercosul, porque são países vizinhos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, são vizinhos e não haveria motivo desta Assembléia Legislativa indeferir um pedido desta natureza, de permitir que o governador pudesse se deslocar aos países do Mercosul, sem o nosso consentimento pontual. Agora demasiadamente é o que se pretende, aqui nesta Casa, fazer com que um dos objetivos deste Poder, seja surrupiado, que seria de analisarmos, ponto por ponto, não há porque o governador Jaime Lerner esconder do povo do Paraná as duas viagens! Toda vez que a viagem for a interesse público a Assembléia Legislativa tem que saber! Ora, eu sou deputado, eu quero saber, senhor presidente! gostaria de saber para onde que o nosso governador está viajando e o que ele vai fazer, nas viagens.

Afinal de contas, quando estou lá no interior, o povo diz: - Para onde é que o governador foi? O que ele foi fazer? Eu, como deputado, ficarei numa situação constrangedora, se eu não tiver uma resposta que possa definir, com clareza, estas situações.

Por isso, senhor presidente, vejo este meu requerimento, tranqüilo e sereno, sem nenhum constrangimento nós aprovarmos, aqui, aquilo que o povo do Paraná já sabe, que o governador viajou 39 vezes, para o estrangeiro. Apenas queremos saber quanto isso custou aos cofres públicos e queremos saber também quantas pessoas acompanharam o governador Jaime Lerner, e os objetivos dessas viagens, até para que nós possamos usar aquela Tribuna, ao lado esquerdo, e dizer:- Olha, esta viagem que o governador fez para Amsterdã, para Paris, aquela vez que ele se acidentou numa Avenida de Paris, um táxi o atropelou... Nós possamos dizer - nesta viagem o governador trouxe para o Paraná, estes benefícios. Poder ter certeza, Vossa Excelência, que é presidente desta Casa, hoje do PFL, por quem tenho muito respeito, que nós iremos ter tranqüilidade para poder subir e falar, alto e em bom tom, as viagens que o governador está fazendo e os benefícios que ele está trazendo, que o custos destas viagens são insignificantes, dentro daquilo que o Paraná terá ou deverá ganhar, em relação a essas viagens.

Por isso, quero pedir a esta Casa, que nos ajude a aprovar este requerimento, porque não vejo nenhum constrangimento em saber a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para discutir.

Em discussão.

Em votação. **Rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Não vou pedir verificação, porque eu já sei o placar, são 14 a 17.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Requerimento nº 871, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento nº 915, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 916, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 919 e 922, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 921-A, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 924 a 926, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 927 a 932, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 933, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 934 e 935, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 936, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 937 a 939, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 940, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 941 a 945, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 946, 953 e 954, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 950, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 951 e 952, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 955, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 956, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter e da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 957 e 958, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 889, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado pelo autor.**

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, creio que não haveria nem necessidade de encaminhamento já que se trata de um requerimento simples, que encaminhamos na semana passada, solicitando apenas, que o Porto de Paranaguá defina, adote dentro dos seus critérios para fins de pagamentos de estadias dos caminhoneiros que seja procedido para contagem de tempo, o tempo de início, quando o caminhão chega na fila.

Porque na verdade existe um critério meio sem critério, onde apenas após o registro de entrada no pátio contado 24 horas, que serão iniciados o período para pagamento de estadia.

Desta foma todos os caminhoneiros que realmente estão na fila acabam não recebendo.

Então, para se tornar justo acredito que não haverá questão nenhuma, é um requerimento simples que nós encaminhamos para apoio.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Consulto o deputado Edson Strapasson, se ele poderia, tendo em vista que as filas que nós tínhamos, enormes, de mais de 100 quilômetros, ao Porto de Paranaguá já acabaram e, que houve entendimento inclusive, entre o setor de armazenagem, às cooperativas.

Consulto se o senhor poderia retirar esse requerimento e com relação a outro quesito que ele coloca da indenização, isso já foi acertado, ficando a diferença entre as diárias, a cargo dos terminais. Então o valor do ressarcimento ou das diárias, deputado Strapasson, pediríamos ao secretário Nelson Justus para que encaminhasse esta semana a Vossa Excelência de tal sorte que o requerimento, por ter parte dele já prejudicada, as demais informações seriam encaminhadas para Vossa Excelência.

O SR. EDSON STRAPASSON

O nosso requerimento foi no sentido de que buscasse o entendimento. Se esse entendimento entre as cooperativas, transportadoras e o Porto foi feito em termos de acordo, não há o que discutir.

Entendemos que deva ser um critério adotado permanentemente, porque as filas “acabaram”, acabaram esta semana. Na semana que vem poderemos ter fila de dez, vinte ou trinta quilômetros e a questão do nosso requerimento permanece.

Então, desde que o entendimento entre os órgãos transportadores e o Porto seja nesse sentido, nós retiramos temporariamente o requerimento, até aguardar reposta.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Retirado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 034, 037/2001 e dos de Resolução nºs 003 e 004/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 027, 032/2001 e 232/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 411/2000, 022, 067 e 071/2001.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001, 018/99, 008, 011, 021 e 050/2000.

Levanta-se a sessão.